

TRADUÇÃO

ANKERSMIT, Frank. Danto's Philosophy of History in Retrospective. In: DANTO, Arthur C. *Narration and Knowledge*. New York: Columbia University Press, 2007. p. 364-393.

JÚLIO CÉSAR MIOTO
Universidade de São Paulo
São Paulo | São Paulo | Brasil
juliocesarmioto@alumni.usp.br
orcid.org/0000-0001-9921-871X

JONATHAN MENEZES
Faculdade Teológica Sul Americana
Londrina | Paraná | Brasil
jonathan@ftsa.edu.br
orcid.org/0009-0001-2906-2155

A FILOSOFIA DA HISTÓRIA DE DANTO EM RETROSPECTIVA

Este é um livro que realiza o ditado de seu autor sobre o passado histórico: sua completa significância apenas aparecerá no futuro

[Alan Donagan]

INTRODUÇÃO

Filosofia Analítica da História de Danto foi publicado em 1965 no tempo em que filósofos da história ainda estavam principalmente interessados no tema da explicação histórica. Contra esta situação de fundo o livro era nada menos do que uma mudança de paradigma. Pois, com este livro, Danto colocou a *noção de historicidade* na agenda da filosofia da história. Ele queria esclarecer que há uma assimetria inexpugnável e radical entre o passado e o presente e que podemos ter noção do que os historiadores estão fazendo se reconhecemos esta assimetria e que eles são completamente conscientes de todas suas implicações de longo alcance. Esta era uma ideia nova – e de fato, ainda é. Eu diria aqui que, mesmo agora, em 2006, os filósofos da história não têm propriamente captado o verdadeiro significado e o escopo dos insights de Danto.

Os filósofos da história sempre elogiaram *Filosofia Analítica da História* pelo interesse no problema da narrativa histórica. Podemos nos referir ao tratamento de Danto das assim chamadas sentenças narrativas para reconhecer que este é apenas um dos grandes méritos do livro. Contudo, outros autores, como William Walsh, William Dray, e Morton White, lidaram com a questão da narratividade antes de Danto, assim não podemos dizer que ele descobriu a narrativa. O que Danto descobriu é que a narrativa é mais do que meramente um modelo alternativo de explicação histórica que é mais próximo da prática da história do que o MLC (modelo de lei de cobertura) de Hempel. Isto é, ele demonstrou a extensão com que a lógica da narrativa determina nossa relação com o passado e a “historicidade” do passado. A historicidade é uma dimensão da narrativa que ninguém tinha notado antes e que é tão revolucionária agora como era há quarenta anos, mesmo que seja apenas pelo fato de que os filósofos analíticos da linguagem nunca tenham levado a sério a narrativa – o que é, consideravelmente, o ponto cego mais desconcertante em todas suas análises sutis e penetrantes dos segredos da linguagem. Danto assim esclareceu que a narrativa (histórica) também requer uma completa revisão da filosofia analítica da linguagem, que é o motivo pelo qual a filosofia da história importa à filosofia da linguagem. Ele conseguiu tudo isso por insistir que a linguagem pode expressar historicidade e assimetrias radicais do passado e presente. Isso é o que o faz único entre os filósofos tanto da história como da linguagem.

O próprio Danto foi muito explícito sobre a natureza de seu empreendimento, como ele deixa claro nas primeiras linhas de seu livro:

Às vezes se diz que a tarefa da filosofia não é pensar ou falar sobre o mundo, mas antes analisar os modos nos quais se pensa e se fala sobre o mundo... A análise filosófica de nossos modos de pensar e falar sobre o mundo se tornam, no fim, uma descrição geral do mundo como somos nós dele obrigados a conceber, dado que pensamos e conversamos do modo que fazemos. A análise, em resumo, encampa um descritivo metafísico quando sistematicamente executada¹.

O termo *descritivo metafísico* nesta citação é uma referência a noção de P. F. Strawson de “metafísica descritiva”, à qual é atribuída a tarefa de uma análise quase kantiana de como a estrutura da linguagem determina a estrutura mais básica de nossa concepção do mundo². Portanto, para entender o objetivo de Danto ao escrever *Filosofia Analítica da História*, podemos dizer que o livro é uma resposta a *Individuals* de Strawson, na medida em que o livro objetivou ser “metafísica descritiva” do passado implicada no tipo de linguagem que usamos para falar sobre o passado.

Vendo o livro sob esta luz, podemos somente estar surpresos pela pobreza com que a mensagem verdadeira do livro tem sido compreendida pelos filósofos da história (e da linguagem), que é o que eu discutirei neste ensaio. Eu examinarei a “história efetiva” (para usar a terminologia de Gadamer) do livro e investigarei como os filósofos da história têm reagido a ele. Meu ensaio esclarecerá que os filósofos da história anglo-saxões estiveram, como um todo, ainda muito sob o encanto do paradigma da explicação e do intencionalismo collingwoodiano para estar verdadeiramente abertos aos insights revolucionários de Danto. Na Alemanha, contudo, a situação era diferente. Mais especificamente, Hans Michael Baumgartner apreciou plenamente a significância do livro e mesmo elaborou sobre os insights de Danto a um ponto substancialmente além das reivindicações do próprio Danto³. Da mesma forma, o estudo de Baumgartner nunca teve a atenção que merecia, assim, em certo sentido, nós ainda estamos em 1965 quando Danto publicou seu livro sobre a filosofia da história.

Daí a epígrafe deste ensaio.

DONAGAN E OLAFSON

Logo depois de sua publicação, Alan Donagan escreveu uma revisão ao livro de Danto para *History and Theory*, então a principal revista no campo da filosofia da história e ainda agora. O paradoxo desta revisão incomumente breve, de cinco páginas, é que foi laboriosamente elogiosa dos resultados de Danto mas era notadamente relutante em focar e expor sobre estes resultados. A parte principal da revisão é devotada ao tema da explicação histórica, do qual

¹ Arthur C. Danto, *Analytical Philosophy of History* (Cambridge: Cambridge University Press, 1967), vii; Arthur C. Danto, *Narration and Knowledge* (New York: Columbia University Press, 1985), xv.

² “A metafísica tem sido frequentemente revisionária, e menos frequentemente descritiva. A metafísica descritiva está contente em descrever a estrutura real de nosso pensamento sobre o mundo, a metafísica revisionária está preocupada em produzir uma melhor estrutura” (P. F. Strawson, *Individuals: An Essay in Descriptive Metaphysics* [London: Methuen, 1971], 9).

³ Hans Michael Baumgartner, *Kontinuität und Geschichte: Zur Kritik und Metakritik der historischen Vernunft* (Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1972).

Donagan considera as visões de Danto serem “desapontadoras”⁴. Os pontos de partida de Donagan aqui são as três seguintes proposições:

1. *Historiadores algumas vezes explicam eventos.*
2. *Toda explicação deve incluir ao menos um lei geral.*
3. *As explicações dos historiadores não incluem leis gerais.*

Sendo que a primeira proposição será duvidosa apenas para as obstinações científicas e a segunda e a terceira são incompatíveis uma com a outra, um compromisso deve ser assumido entre a segunda e a terceira proposições. A própria proposta de Danto para um compromisso efetuable é que a segunda proposição é falsa como ela se põe e tem sido adaptada. O primeiro passo nesta adaptação é reconhecer que os eventos não são nunca expostos como tais senão que são sempre apresentados por meio de uma descrição.

Danto então argumenta que o problema mais difícil do historiador é encontrar uma (re)descrição do evento a ser explicado que possa obter um compromisso ou uma *juste milieu* (justa medida) entre os dois esforços opostos. O primeiro esforço é manter a (re)descrição tão próxima quanto possível ao evento único a ser explicado, ao passo que o outro esforço é afastar-se do evento único para o nível de generalidade na qual as leis empíricas prevalecem. O próprio exemplo de Danto (bem conhecido e frequentemente citado) pode clarificar suas intenções aqui. Suponha que nós temos que explicar por que nos anos 1960 os monegascos expuseram uma bandeira americana ao lado de uma bandeira de Mônaco no seu dia nacional. A razão obviamente tinha muito a ver com o fato de que o Príncipe Rainier de Mônaco era casado com Grace Kelly, por ser nascida cidadã americana. Mas não há leis empíricas fiáveis que digam respeito à exposição das bandeiras de Mônaco e dos Estados Unidos no dia nacional de Mônaco e que possam suportar uma explicação do evento em questão. Assim o evento deve ser redescrito de uma maneira mais geral, por exemplo, como “neste dia de festival nacional os cidadãos desta monarquia homenageiam a esposa de seu príncipe” (isto é, expondo bandeiras americanas). Há desse modo uma lei empírica fiável que pode explicar o evento sob esta descrição, por exemplo, “Se dias de festival nacional são celebrados em monarquias, então cidadãos homenageiam a esposa de seus príncipes apropriadamente.” Esta (re)descrição mais geral do evento único, sob a qual um evento único pode ser governado por uma lei geral, é a que Danto se refere como o *explanatum* do evento⁵. Desta maneira faz sentido dizer que explicar um evento passado é essencialmente uma busca pelo *explanatum* correto sob o qual ele pode ser explicado⁶.

Muito embora a lógica do argumento de Danto seja impecável, Donagan não está satisfeito com ele:

O exemplo de Danto deixa aberta a questão de porque os Monegascos escolheram homenagear a Princesa Grace do modo como eles fizeram. Ela particularmente requisitou? Eles tinham um abastecimento de bandeiras que havia sobrado do casamento para o qual eles queriam encontrar um uso? Ou foi algo mesmo?

Ironicamente, a própria formulação de Donagan aqui sugere como essas objeções seriam melhor respondidas do ponto de vista de Danto. Quando tentam responder a questões admitidamente razoáveis de Donagan, os

⁴ Donagan, review, 432.

⁵ Danto propôs a forma latina *supinum explanatum* como um refinamento do mais conhecido *gerundivum* do *explanandum*.

⁶ Danto, *Analytical Philosophy of History*, 220-232; Danto, *Narration and Knowledge*, 220-232.

historiadores podem investigar se essas bandeiras estavam expostas de acordo com o específico requisito da Princesa Grace ou se elas tinham sobrado do casamento. Se é a primeira razão, confiaríamos na lei de que cidadãos homenageiam seus monarcas do modo requisitado por eles. Ou, se é a segunda razão, podemos apelar à lei geral de que cidadãos homenageiam seus monarcas pelo uso de símbolos nacionais facilmente acessíveis a eles. Portanto, Donagan ele mesmo se fez um desserviço por indicar como sua crítica de Danto pode efetivamente ser refutada da perspectiva do próprio argumento de Danto⁷. Com inimigos como Donagan, ninguém precisa de amigos.

Típico da negligência com relação ao livro de Danto é que ele sempre foi difícil de discutir novamente de maneira séria em *History and Theory* depois da recensão de Donagan de 1965. Na verdade, a revista ocasionalmente se referia ao livro de Danto, mais frequentemente ao argumento de Danto (mencionado antes) de que eventos históricos não são explicados como tais, mas sempre por meio de descrição deles. Aparentemente este insight encontrou caminho nas mentes de filósofos contemporâneos da história. Mas os artigos publicados em *History and Theory* nunca discutiram satisfatoriamente os argumentos mais desafiadores do livro. Não menos impressionante é que a edição em 1998 que *History and Theory* devotou a Danto lidou quase exclusivamente com sua filosofia da arte e não com sua filosofia da história⁸. Além do mais, muito embora *History and Theory* tenha feito a recensão a *The Transfiguration of the Commonplace* de Danto⁹, seu principal trabalho sobre a filosofia da arte, a revista não fez a recensão da republicação de seu *Filosofia Analítica da História* (sob o título *Narração e Conhecimento*¹⁰ e contendo três novos capítulos¹¹). Consequentemente, se uma revista de filosofia da história, como *History and theory*, apresenta Danto como sendo principalmente um filósofo da arte, seus leitores podem inferir que sua filosofia da história é meramente uma derivação de sua filosofia da arte. É indubitavelmente verdade que uma variante “leve” de hegelianismo¹² liga a filosofia da arte de Danto e sua filosofia da história mais proximamente, mas não deveríamos interpretar que isso signifique que sua filosofia da arte deveria tomar a precedência sobre sua filosofia da história. Pelo contrário, poderíamos arguir que Danto é mais sensível aos aspectos históricos da arte do que aos aspectos estéticos da escrita histórica. Mas novamente é verdade que desde os

⁷ Donagan também critica Danto por erradamente atribuir a “Croce, Dilthey and Collingwood” a visão de que os historiadores “explicam” o passado do modo que os cientistas fazem (review, 433, 434). Mas como qualquer leitor do livro de Danto verá, Donagan usa aqui o fato de que o verbo inglês explicar [*explain*] pode significar tanto *Verstehen* como *Erklären*, para acusar Danto de ser cego à insistência de Croce, Dilthey, e Collingwood de que a explicação histórica tipicamente é um assunto de *Verstehen* antes do que de *Erklären*.

⁸ *Danto and His Critics: Art History, Historiography and After the End of Art* (*History and Theory*, theme issue 37, 1998). Apenas um ensaio nesse número – o meu próprio – lida com a filosofia da história de Danto.

⁹ Arthur C. Danto, *The Transfiguration of the Commonplace* (Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1981); N. Carroll, “The Transfiguration of the Commonplace; the Philosophical Disenfranchisement of Art; the State of the Art”, *History and Theory* 29 (1990): 111-125.

¹⁰ Danto, *Narration and Knowledge*.

¹¹ Poderíamos observar esses novos capítulos como um tipo de “elo perdido” entre *Analytical Philosophy of History* e *The Transfiguration of the Commonplace*.

¹² O hegelianismo de Danto pode melhor ser sumarizado usando a afirmação bem conhecida no “Vorrede” de sua *Rechtsphilosophie*, colocando que o verdadeiro saber filosófico é sempre um saber depois do evento: „Wenn die Philosophie ihr Grau in Grau malt, dann ist eine Gestalt des Lebens alt geworden, und mit Grau in Grau lässt sie sich nicht verjüngen, sondern nur erkennen; die Eule der Minerva beginnt erst mit der einbrechenden Dämmerung ihren Flug“ (G. W. F. Hegel, *Grundlinien der Philosophie des Rechts* [Hamburg: Felix Meiner Verlag, 1956], 17).

anos 1980, Danto discutiu sobre arte e não história em sua obra filosófica vasta e ainda em expansão.

Há uma notável exceção a esta relativa negligência em relação à filosofia da história de Danto em *History and Theory*¹³: o ensaio sobre Danto (e Morton White) do filósofo da Califórnia Frederick Olafson que a revista publicou em 1970¹⁴. De começo Olafson cobre o mesmo terreno que Donagan cobriu. Ele também questiona a noção de Danto do *explanatum*, mas ao passo que Donagan faz a Danto uma questão que a própria questão já responde, Olafson mais sensivelmente aponta que o *explanatum* nos leva além do evento único a ser explicado e que isso tem seus problemas também:

A questão que eu quero levantar sobre isso é simplesmente se há quaisquer limites a este movimento além das descrições preliminares de eventos históricos sob as quais eles não podem ser casos de leis gerais, em busca por descrições sob as quais eles são. Nenhum desses tais limites são definidos por Danto... Como o nível de generalidade com qual eventos históricos são descritos levanta, haverá cada vez mais traços daqueles eventos que não podem ser levados em conta pela referência a conceitos e leis gerais que o historiador usa¹⁵.

Olafson está defendendo aqui que o *explanatum* de Danto é uma noção funcional apenas se há uma lei geral bem confirmada de acordo com a qual ele pode ser formado. E então estamos de volta ao velho problema de que nenhuma das tais leis gerais bem confirmadas estão disponíveis aos historiadores. Além do mais, a estratégia toda nos força a ir além da especificidade que sempre é demandada de uma consideração histórica satisfatória do passado.

Eu suponho que desta presente perspectiva, Danto estaria disposto a conceder a Olafson este ponto, pois ele já tinha abandonado há um tempo o MLC que ele ainda hesitantemente abraçava em *Filosofia Analítica da História*. Por exemplo, em um ensaio escrito sobre o assunto dez anos atrás, Danto ironicamente comparava o MLC à Sibila de Cumas como descrita por Eliot em *The Waste Land*: “Quando perguntada sobre o que ela realmente queria, a Sibila respondia que ela queria apenas morrer”¹⁶.

A seguir Olafson prossegue com uma questão diferente e mais importante, sua crítica a Danto pela falta de interesse dele em uma intenção autoral. De acordo com Olafson, a explicação histórica é principalmente a explicação da ação humana, e no fim, nenhuma explicação pode nos convencer de que, de algum modo e em algum momento, se refere a intenções de agentes históricos¹⁷.

¹³ Como com o ensaio mencionado na nota 9, eu não irei discutir aqui o meu próprio ensaio sobre Danto em *History and Theory* de um pouco anos atrás: Frank R. Ankersmit, “Danto and the Tragedy of Human Existence”, *History and Theory* 42 (2003): 291-305 (originalmente escrito para uma conferência sobre a obra de Danto na Columbia University em 2001).

¹⁴ Frederick A. Olafson, “Narrative History and the Concept of Action”, *History and Theory* 19 (1970): 265-289.

¹⁵ Ibid., 270.

¹⁶ Arthur C. Danto, “The Decline and Fall of Analytica Philosophy of History”, em *A New Philosophy of History*, ed. Frank R. Ankersmit and H. Kellner (Chicago: University of Chicago Press, 1995), 71. O título desse ensaio nos faz vislumbrar se deveríamos observá-lo como um reaproveitamento de Danto de seu livro sobre filosofia analítica da história. É verdade que nesse ensaio Danto faz um comentários muito severos sobre a filosofia da história em geral, caracterizando-a como uma subdisciplina filosófica sem qualquer valor e interesse. O argumento no ensaio, contudo, é dirigido exclusivamente contra a tradição lógico-positivista em filosofia da história, e talvez podemos concordar com ele sobre isso.

¹⁷ Veja Rex Martin para a mesma crítica: “A coisa realmente interessante no argumento de Danto... é que ele evita toda menção a intenções, ou mesmo a motivações situacionais. A análise toda é desnaturada, como ela era. Recebemos apenas ações sob uma descrição, redescrições dessas, e a derivação dedutiva – talvez em um nível muito alto de generalidade de uma das redescrições. Mas o custo de evitar a referência a “pensamentos” (propósito, motivação

Como eu arguirei, esse argumento demonstra apenas a extensão à qual o legado de Collingwood tem enganado filósofos da história.). Este é o tipo de argumento que deveríamos esperar de um discípulo de Collingwood. Neste contexto, eu devo apontar que Danto menciona Collingwood apenas uma vez (e apenas de passagem) em seu *Filosofia Analítica da História*. Além disso, não sei de qualquer filósofo da história contemporâneo anglo-saxão influente que é menos interessado e menos inspirado por Collingwood do que Danto é. Assim a crítica de Olafson chama nossa atenção a um aspecto da filosofia da história de Danto que nós não podemos nos permitir ignorar.

Olafson combina sua crítica do *explanatum* de Danto com seu próprio intencionalismo ao dizer que o anterior não reconhece que uma explicação de uma ação de agente humano deveria, minimamente, ser colocada em termos “que são conhecidos pelo agente ou logicamente deriváveis das descrições que ele dá de suas próprias ações”¹⁸. Desta maneira, para Olafson, as intenções do agente funcionam como uma checagem decisiva sobre “este movimento para longe das descrições preliminares de eventos históricos sob as quais eles não podem ser exemplos de leis gerais” e em direção de “descrições sob os quais eles são” (nas primeiras palavras de Olafson). O *explanatum* de Danto não respeita esta checagem – assim a crítica de Olafson – sendo que ele não descarta automaticamente explicações do comportamento humano que se fiem em “conceitos destacados da neuro-fisiologia ou algum outro ramo da ciência do comportamento”¹⁹ e que seriam ininteligíveis para aqueles agentes humanos cujas ações são explicadas. Novamente, um partidário da hermenêutica intencionalista do mesmo modo está criticando a posição de Danto nestas tais linhas.

Neste estágio de minha exposição da discordância de Olafson e de Danto, eu deverei enfatizar que ela tem um dimensão que é muito mais profunda do que o que eu apenas coloquei. Isto é, o que divide Olafson e Danto vai bem além da disputa entre, de um lado, um partidário da hermenêutica intencionalista e, de outro, alguém sustentando junto com os adeptos do MLC que a linguagem da explicação histórica não necessita necessariamente ser limitada à linguagem à disposição do agente histórico ele mesmo ou ela mesma. Este ponto é onde a diferença entre Olafson e Danto mais ou menos acidentalmente se originou.

Entretanto, nós podemos dizer todos os tipos de coisas horríveis sobre o MLC – e estas coisas foram ditas (por Danto tanto quanto por muitos outros desde os anos 1970). Obviamente, nós nunca devemos esquecer essas coisas horríveis. Mas a ideologia do MLC tem um traço redentor: ele abertamente recebe bem a possibilidade de explicações que não são acessíveis ou mesmo inteligíveis aos agentes históricos eles mesmos cujas as ações são explicadas. Por exemplo, em concordância com os requisitos do MLC, uma lei econômica descoberta apenas no século XX pode ser usada para explicar um desenvolvimento econômico que tinha surgido na antiguidade ou na Idade Média.

O paradoxo, então, é o seguinte: A ideologia do MLC sempre foi (corretamente) atacada por sua completa falta de senso histórico, por causa de sua assunção de que a natureza humana e as leis da psicologia do comportamento social humano foram sempre e em qualquer lugar as mesmas e sempre

situacional) em favor de meras redescrições de ações é, eu penso, pesado.” (*Historical Explanation: Reenactment and Practical Inference* [Ithaca, N.Y.: Cornell University Press, 1977], 112). Como eu arguirei, esse argumento demonstra apenas a extensão à qual o legado de Collingwood tem enganado filósofos da história.

¹⁸ Olafson, *Narrative History*, 272.

¹⁹ *Ibid.*, 271.

continuarão a ser²⁰. Por esta razão, a ideologia do MLC sempre foi um alvo fácil para os hermeneutas e intencionalistas. Mas ao permitir uma intransponível separação entre uma explicação histórica que é aceitável para nós e uma que é inteligível aos agentes históricos eles mesmos, a ideologia do MLC também deixou espaço para um senso histórico bem mais profundo do que seria possível na hermenêutica intencionalista. A separação entre o auto entendimento de alguém vivendo na Idade Média e um cientista moderno vivendo no século XXI era, por assim dizer, o vazio no qual esse senso histórico dramático poderia se originar e prosperar. Isso é o que a filosofia da história perdeu quando se moveu nos anos de 1970 da ideologia do MLC em direção à hermenêutica e ao intencionalismo. Além do mais, eu não hesitaria em afirmar que o paroquialismo psicologista do intencionalismo é bem mais prejudicial a um entendimento próprio da história da escrita histórica do que é o paroquialismo científico da ideologia do MLC.

Isso é o que realmente está em jogo no debate entre Olafson (e os hermeneutas) e Danto. Porque Danto abordou a história e a escrita histórica da perspectiva da filosofia da ciência dos anos 1950 e 1960 e porque ele foi um dos muito poucos filósofos da história anglo-saxões a lidar com o problema da história não marcados pelo legado de Collingwood, ele esteve em uma posição de se livrar das óbvias limitações da ideologia do MLC enquanto mantinha uma abertura à alteridade do passado que seria impensável para os teóricos da tradição hermenêutica e intencionalista. Olafson estava certo quando discerne em *Filosofia Analítica da História* os resíduos objetáveis do que é corretamente condenável na ideologia do MLC. Mas ele estava errado ao permanecer cego a como Danto puxou esta ideologia na direção diametralmente oposta ao que sempre foi considerado ter sido o pecado principal desta ideologia (isto é, sua falta de senso histórico).

Deveremos nos perguntar agora por quê e de qual maneira Danto realizou a separação do que é bom do que é mau na ideologia do MLC.

Vamos começar pelo porquê. Deveremos começar por observar que em um dos capítulos adicionados à última versão, *Narração e Conhecimento*, Danto apontou as similaridades entre a questão intencionalista e o assim chamado problema da mente dos outros²¹. Este problema da mente dos outros foi amplamente discutido pelos filósofos analíticos da linguagem nos anos 1950 e 1960. A questão era se alguém pode ter acesso às mentes de outras pessoas. A resposta óbvia é, claro, que isso não é possível em todas as circunstâncias, pois as pessoas nunca podem revelar suas verdadeiras intenções, suas crenças reais, e coisa semelhante. Contudo, os filósofos da linguagem cotidiana foram, no todo, críticos da resposta óbvia. Eles arguíam com *The Concept of Mind* de Gilbert Ryle e *Philosophical Investigations* de Wittgenstein que a mente humana não é algo como um “fantasma em uma máquina” e não é um fórum inacessível que podemos observar apenas “do lado de fora” e nunca “do lado de dentro”. Ora, a respeito de uma defesa mais recente da mesma visão, eles afirmavam junto com Donald Davidson em seu *Inquiries into Truth and Interpretation* que os fenômenos publicamente observáveis do mundo que partilhamos funcionam como um tipo de ponte confiável entre o que acontece em minha mente e que acontece nas suas. De fato, não há nenhum “problema da mente do outro”, e podemos inferir

²⁰ Não sabemos todos de cor a afirmação famosa de David Hume em seu *An Enquiry Concerning Human Understanding*: “É universalmente reconhecido que há uma grande uniformidade entre as ações dos homens, em todas as nações e eras, e que a natureza humana continua ainda a mesma, em seus princípios e operações”; e nós todos não sabemos, como os escolares modernos educados, quais faltas hoje em dia se esperam encontrar nessa afirmação?

²¹ Danto, *Narration and Knowledge*, 285.

as crenças e intuições dos outros com base em suas ações, em como é o mundo e em nossas próprias experiências tanto com os outros como com o mundo. Para ser mais direto, há apenas um mundo “público” e nenhum mundo “privado”.

Em primeiro lugar, muito embora os argumentos desses filósofos da linguagem cotidiana sejam muito diferentes daqueles propostos por Collingwood e Olafson, todos eles concluíram que não havia nenhum problema real em obter acesso às mentes dos outros. A profunda ironia em tudo isso é digno de nota. Ao passo que os filósofos da linguagem cotidiana usavam principalmente assunções científicas, os collingwoodianos chegaram a muitas das mesmas conclusões enquanto se baseavam na assunção de uma separação intransponível entre *Erklären* (ciência) e *Verstehen* (humanidades). No mundo da filosofia, alianças às vezes podem nos surpreender tanto quanto aquelas do grosso mundo da política. Em segundo lugar, há uma óbvia similaridade estrutural entre o problema da mente dos outros e o problema de conseguir acesso a outros períodos históricos. Em ambos os casos o problema é se podemos nos mover para fora ou além de nosso próprio mundo até aquele dos outros, de cada uma das outras pessoas vivendo agora ou daquelas que viveram um outro período histórico.

Danto rejeita tanto a visão de Collingwood (e de Olafson) como aquela da filosofia da linguagem cotidiana sobre o problema da mente dos outros. Seu principal argumento (como formalmente desenvolvido no último capítulo de *The Transfiguration of the Commonplace*) é que devemos distinguir uma *representação* de uma *verdadeira descrição* do mundo. A verdadeira descrição nos dá acesso direto ao mundo, e de fato, aqui o estritamente público e o estritamente privado não podem ser distinguidos. Em princípio, tudo é acessível a todos. Mas a representação é diferente, e não devemos esquecer que Danto não hesita em descrever o ser humano como um *ens representans*!²² Diferentemente, a representação fica aqui para a totalidade das crenças que tomamos como verdade.

Note que nunca podemos objetificar nossa própria representação do mundo, que nunca podemos nos mover para fora da totalidade do que nós tomamos como verdade, pois tentar fazer assim seria apenas adicionar um outro item a esta totalidade. Isso é diferente com os outros, contudo, enquanto eles podem atribuir a mim a totalidade das crenças que eu tomo como verdade. Outros podem portanto conseguir onde eu não consigo, nominalmente, atribuir uma certa representação do mundo a mim²³. A implicação surpreendente é que há de fato um problema da mente dos outros, mas um diferente do qual Collingwood, Olafson e os filósofos da linguagem cotidiana tinham em vista. Eles se preocupavam em saber se podemos nos mover de nossa própria mente àquela dos outros (e então concluíram que não havia, no fim, nenhum problema real aqui). Danto, contudo, começa do outro termo, desde fora, por assim dizer, e observa que sempre encerramos os outros (e os outros períodos históricos) em suas representações do mundo. Nunca podemos evitar de assim fazê-lo. Mas, ao mesmo tempo, isso é algo que eles mesmos nunca podem fazer, pois eles nunca são conscientes de suas próprias representações do mundo. Assim, o que nos dá acesso aos outros (e aos outros períodos históricos) – isso é, nossas

²² Arthur C. Danto, *Connections to the World* (New York: Harper & Row, 1989), 249.

²³ Eu devo confessar que esse é, em uma certa extensão, uma popularização do argumento de Danto, bem mais sofisticado. Para uma justificação formal dele, eu remeto o leitor ao que Danto escreveu no último capítulo de *The Transfiguration of the Commonplace* sobre contextos intencionais, no qual a afirmação “s é verdadeiro” corresponde à verdadeira descrição e a afirmação “P crê que s é verdadeiro”, à representação.

representações deles – ao mesmo tempo nos distancia deles, pois essas representações não têm nenhuma contraparte em como eles experienciam (ou experienciaram) suas vidas e o mundo.

Não é a mesma situação que o MLC apresentou? Por um lado, a explicação do MLC pode nos dar uma explicação científica perfeita do comportamento humano, mas, por outro lado, sua validade científica nos separa do agente de quem a ação é explicada, sendo que a explicação é formulada em uma linguagem inacessível para ele ou ela. Desta maneira, a visão de Danto da representação de outros períodos é a mesma com que o modo do MLC nos relaciona ao passado (ou às ações de outros). O paradoxo é que o MLC é bem mais efetivo em sugerir a alteridade radical do passado do que é qualquer argumento que podemos esperar dos hermeneutas, intencionalistas, ou filósofos da linguagem cotidiana. Nós perdemos nossa abertura ao passado com Collingwood, Olafson, e aos outros e podemos retê-la apenas se aceitamos o MLC, ou, antes, como Danto traduziu o MLC em uma teoria da representação histórica. Mais um item a adicionar à lista das surpreendentes alianças no mundo da filosofia!

Vamos retornar à segunda questão, como Danto diferenciou em sua própria filosofia da história o bom e o mau na ideologia do MLC. Isso nos leva a uma discussão de suas assim chamadas sentenças narrativas e seus verbos projetivos e, claro, ao que Olafson diz sobre eles.

Os “verbos projetivos” ilustram o que Danto tinha em mente com sua ideia strawsoniana de uma “metafísica descritiva” enfocando sobre como a linguagem que usamos (co)determina as propriedades “metafísicas” mais gerais de nosso mundo e, mais especificamente, do passado. Verbos projetivos se referem a verbos como “plantando rosas”, “construindo um barco”, e “escrevendo um livro”. É do interesse de Danto nosso uso desses verbos para descrever as ações de pessoas em um futuro indefinido. Suponha que alguém está plantando sementes de rosa no solo atrás de sua casa. Poderíamos propriamente descrever suas ações – seu “projeto”, de acordo com Danto – como “plantando rosas”, mesmo que por causa de uma seca estas sementes nunca realmente cresçam e se tornem rosas. Uma estória similar poderia ser contada sobre alguém que escreve um livro. Isso é, pode haver uma assimetria entre nossa descrição do que esta pessoa está fazendo exatamente agora e os resultados de sua ação. Nós dizemos que ela está plantando rosas, mas a “história” pode mostrar que ela não estava plantando rosas, sendo que as sementes morreram no solo. Uma tensão potencial, ou assimetria, se levanta entre a linguagem que costumamos usar e a história real. A conclusão fascinante é que é assim que a história pode ser criada, pois usamos um tipo de linguagem (isso é, a linguagem de verbos projetivos) que podem ser contraditos pelo que a história realmente é ou, antes, será. Se não tivemos esses verbos projetivos, com a sua implícita referência ao futuro, a linguagem sempre corresponderia ao que realmente acontece, e a “história” nunca seria manifestada²⁴.

Depois, Danto frequentemente fala de “buracos temporais” quando discute os traços lógicos dos verbos projetivos²⁵, e a noção imediatamente faz sentido. O intervalo temporal entre plantar as sementes e o crescimento da rosas não constitui um “buraco temporal”? Parece então natural associar a dimensão histórica dos verbos projetivos a esses buracos temporais. De fato, é assim que o argumento de Danto é frequentemente lido e interpretado. Mas agora descobrimos o que está errado com sua interpretação. A história não entra em

²⁴ Danto, *Analytical Philosophy of History*, 159ff.; Danto, *Narration and Knowledge*, 159ff.

²⁵ Por exemplo: Danto, *Analytical Philosophy of History*, 183ff.; Danto, *Narration and Knowledge*, 183ff.

cena com esses buracos temporais enquanto tais, mas apenas com a discrepância entre as expectativas sobre o futuro sugerido pelos buracos temporais e o que realmente aconteceu no passado. A história é criada quando a linguagem nos desorientou, por assim dizer. Desta maneira, podemos propriamente falar da “negatividade” inerente ou essencial que deveríamos atribuir à realidade histórica.

Podemos entender tudo isso se nós recorrêssemos à noção de “consequências não premeditadas das ações humanas intencionais”, que era muito importante para a filosofia da história de Hegel²⁶. Um exemplo famoso é Francesco Guicciardini que, como um conselheiro do Papa Clemente VII, instou-o a aderir a uma aliança contra o Imperador Carlos V. O resultado último desta política foi o saque de Roma em 1527, e pelo resto de sua vida Guicciardini lamentou sobre as consequências desastrosas do que inicialmente parecia para ele uma política recomendável e racional. Neste sentido, podemos dizer que a força bruta e terrível da história foi trazida para o lar de Guicciardini, e ele se dedicou à escrita histórica para entender como esta discrepância entre suas intenções e suas consequências imprevistas e inintencionais poderiam ser explicadas historicamente. Consequências não premeditadas provocaram a conscienciosidade histórica de Guicciardini. Mais geralmente, as origens da consciência histórica do Ocidente no século XVI estão ligadas a uma nova conscienciosidade desta dimensão das consequências não premeditadas das ações humanas intencionais²⁷. Os verbos projetivos de Danto, assim, nos dão o que podemos descrever como “o micronível” deste mecanismo.

Retornemos ao debate de Danto com Olafson. Como podemos esperar, Olafson não tem nenhum problema com os verbos projetivos. As ações de agentes como descritas pelos verbos projetivos e os buracos temporais nos quais elas deveriam estar situadas nunca vão além dos limites do que pode ainda ser reduzido à estrutura intencionalista. Antes, essas ações seguem das intenções do agentes e podem ser entendidas (por ele ou ela) em conformidade. Um pouco mais surpreendente é que Olafson também concorda com a noção de consequências não premeditadas, já que ela sempre constituiu para todas as variantes de hermenêutica intencional um problema que elas nunca puderam resolver. Isso não deveria nos surpreender. Obviamente, seja como for que observemos o assunto, não podemos nunca explicar consequências *não premeditadas* ao apelar para as *intenções* do agente histórico. Mas Olafson não vê nenhum problema com o argumento algo irritante de que podemos reconhecer consequências inintencionais apenas se já começamos com o conhecimento das intenções do agente²⁸. Essa observação é correta, mas mesmo se aceitamos o argumento de Olafson, ele ainda não tem nenhum guia para identificar o que causa aqueles resultados das ações do agente que diferem de suas intenções. O intencionalista portanto pode ao menos estabelecer que estas consequências não

²⁶ „Jener Zusammenhang enthält nämlich dies, dass in der Welgeschichte durch die Handlungen der Menschen noch etwas anderes überhaupt herauskomme, als sie bezwecken und erreichen, als sie unmittelbar wissen und wollen. Sie vollbringen ihr Interesse; aber es wird noch ein Ferneres damit zustande gebracht, das auch innerlich darin liegt, aber das nicht in ihrem Bewusstsein und Absicht lag“ (G. W. F. Hegel, *Vorlesungen über die Philosophie der Weltgeschichte. Band I: Die Vernunft in der Geschichte* [Hamburg: Felix Meiner Verlag, 1970], 88). A razão usa essa discrepância entre a intenção e os resultados não premeditados para a realização insidiosa de seus próprios propósitos; Hegel fala aqui de “a astúcia da Razão”.

²⁷ Para uma elaboração disso, ver: Frank R. Ankersmit, *Sublime Historical Experience* (Stanford, Calif.: Stanford University Press, 2005), cap. 8.

²⁸ “Não estaríamos em uma posição de apontar as consequências não premeditadas de uma ação ao menos que tivéssemos conhecimento prévio da intenção da ação ela mesma” (Olafson, *Narrative History*, 277).

premeditadas existem, sendo que há uma diferença entre o que o agente intencionou e o que eventualmente aconteceu, mas ele nunca será capaz de explicá-los. Pelo contrário, eles devem permanecer para ele um mistério insondável.

Contudo, deveríamos conceder a Olafson que os verbos projetivos nunca nos levarão muito longe do agente histórico ele mesmo e suas intenções e assim nos encerrar no espaço lógico do intencionalista. Como Danto propôs, os verbos projetivos “não têm nada a ver com as intenções do agente e seu entendimento daquilo sobre que ele estava atuando; e essas não são alteradas por algum fracasso subsequente devido à ignorância do agente”²⁹. Considere agora as assim chamadas sentenças narrativas de Danto, cuja a definição formal é como segue: “A classe de descrições com que eu estou preocupado se refere a dois eventos distintos e separados no tempo *E-1* e *E-2*. Elas descrevem o primeiro dos eventos a que se referem”³⁰. Um dos (muitos) exemplos de Danto é a afirmação de que “o autor dos *Principia* nasceu em Woollethorpe”. Note que no dia de Natal de 1642 poderíamos ter dito, “Isaac Newton nasceu em Woollethorpe” mas não “o autor dos *Principia* nasceu em Woollethorpe”, sendo que a afirmação poderia ser feita somente depois de 1687. Ou como Danto diz em outros momentos, se existisse uma coisa tal como a Crônica Ideal mencionando literalmente tudo que toma lugar em um certo tempo no universo, ela não poderia conter possivelmente no dia de Natal de 1642 a afirmação “O autor dos *Principia* nasceu em Woollethorpe”, sendo que ninguém poderia saber naquele tempo que Newton escreveria aquele livro.

Olafson se adianta em apontar a diferença entre verbos projetivos e sentenças narrativas. A diferença é que as sentenças narrativas cortam os vínculos com a intenção autoral, sendo que o evento *E-2* a que é referida na sentença narrativa não é tipicamente relacionado a intenções existentes no tempo de *E-1*. Olafson também não toma a posição heroica de reivindicar que as sentenças narrativas são um componente ilegítimo da retórica dos historiadores. De fato, textos históricos reais são repletos de sentenças narrativas, e os historiadores não parecem se ater muito sobre a falta de respeito dessas sentenças para com a sensibilidade do intencionalista. Assim Olafson imagina que ele terá de alguma maneira que desarmar a ameaça dessas sentenças narrativas para salvar o seu modo de pensar intencionalista.

Olafson usa dois argumentos para fazer isso. Em um livro publicado em 1978 ele propôs um argumento realmente complicado e contorcido para sustentar que as sentenças narrativas não são interessantes de um ponto de vista lógico, sendo que eles podem sempre ser dissolvidos em uma afirmação sobre o evento *E-1* e um outro sobre o evento *E-2*³¹. Muito embora isso seja verdade, não invalida as reivindicações de Danto sobre a sentença narrativa. Antes, Danto está interessado em sentenças narrativas (de acordo com sua estratégia strawsoniana) porque elas exemplificam como nossa linguagem pode criar assimetrias em nossa relação com o passado, por um lado, e com o presente e o futuro, por outro. É esta propriedade de sentenças narrativas que seria eliminada se traduzíssemos, com Olafson, as sentenças narrativas em duas sentenças separadas sobre eventos separados³². Consequentemente, Olafson foi levado longe pela sua tradução do assunto todo que está *sub iudice* aqui.

²⁹ Olafson, *Narrative History*, 275.

³⁰ Danto, *Analytical Philosophy of History*, 152; Danto, *Narration and Knowledge*, 152.

³¹ Frederick A. Olafson, *The Dialectic of Action: A Philosophical Interpretation of History and the Humanities* (Chicago: University of Chicago Press, 1978), 82ff.

³² Paul Ricoeur repete o erro de Olafson: “Nada portanto indica que o algo mais que uma narrativa tem em relação a uma simples enumeração de eventos é diferente da dupla estrutura

De mais interesse em nosso contexto é como Olafson lida em seu ensaio de 1970 com a questão que foi discutida antes. Ele afirma que a defesa de Danto das sentenças narrativas legitimaria frases como “Martinho Lutero foi um pioneiro da liberdade religiosa no mundo moderno”. Claramente, Olafson considera isso ser uma *reductio ad absurdum*: “Enquanto o rompimento de Lutero com a igreja foi certamente um dos eventos que iria eventualmente conduzir a uma aceitação da liberdade religiosa como a única alternativa ao conflito religioso, esse resultado foi completamente alheio à própria intenção de Lutero”³³. Mas como todo familiarizado com textos históricos reconhece, não há nada absurdo nesta declaração sobre Lutero. Alguns historiadores concordarão com isso, e outros não – e ambas as partes terão mais ou menos bons argumentos para suas visões. Mas nenhum historiador rejeitará a afirmação de imediato (sem controle) por estar em desacordo com a prática histórica ou com os critérios pelos quais um historiador pode e não pode declarar significativamente. E certamente a maioria dos historiadores considerará as intenções próprias de Lutero como irrelevantes quando debatem os prós e os contras da declaração. Retomar, por exemplo, a discussão da *Sonderweg* alemã de dez a vinte anos atrás, quando alguns historiadores discutiam se a submissão de Lutero aos príncipes alemães após a eclosão da Guerra dos Camponeses de 1525 ajudava a explicar por que os alemães eram muito mais *autoritätssüchtig* do que o francês ou o inglês. Não podemos concordar com o argumento, mas não faria nenhum sentido contrapô-lo com a observação correta de que não era de jeito nenhum a intenção de Lutero pavimentar o caminho para Hitler.

Finalmente, com a serenidade do retrospecto (e aqui também!) podemos entender os erros de Olafson sobre as reivindicações de Danto para suas sentenças narrativas. Há algo peculiarmente oximorônico sobre a noção de uma sentença narrativa. Narrativas sempre consistem de sentenças, mas ao ser parte de uma narrativa, tais sentenças também são alguma coisa mesmo, ou algo mais do que apenas meras sentenças. Alguém que escreve ou recita uma narrativa não está apenas colocando *sentenças* (narrativas) uma do lado da outra mas antes está escrevendo ou recitando uma *narrativa*, e uma narrativa é mais do que apenas a soma de suas sentenças³⁴. No fim, é tanto surpreendente como desapontador que Danto nunca tenha se perguntado se a “metafísica descritiva” implícita na linguagem histórica não deveria requerê-lo para focar sobre a narrativa ao invés de sobre apenas sentenças narrativas, especialmente sendo que sua própria consideração como que suplica a ele que assim faça. Por exemplo, Danto escreve, “Para ser verdade que Petrarca inaugurou a Renascença, é logicamente requerido que a Renascença tome lugar, embora no ponto do fato de que a Renascença pode ter tido lugar se Petrarca a inaugurou ou não”. Nenhum historiador em sua reta razão escreveria coisas tal como “a Renascença tomou lugar” ou “a Renascença foi inaugurada por Petrarca” (como se fosse um tipo de exposição), porque a Renascença não é um item no inventário do mundo do modo que exposições são. Este é o tipo de coisa (eu estou deliberadamente fraseando isso de um modo vago e sem compromisso) que podemos discutir significantemente apenas em *narrativas* sobre o passado. Tão logo Danto imaginou a estranheza de locuções como “Petrarca inaugurou a Renascença”, teria ele se dirigido quase automaticamente até uma consideração da narrativa

de referência na sentença narrativa, graças à qual o significado ou a verdade de um evento é relativo ao significado ou verdade de um outro evento” (*Time and Narrative*, vol. I, trans. Kathleen McLaughlin and David Pellauer [Chicago: University of Chicago Press, 1984], 148).

³³ Olafson, *Narrative History*, 276.

³⁴ Mas o que, exatamente? Eis o segredo da lógica narrativa.

enquanto tal. Assim, faltava apenas um pequeno passo da sentença narrativa para a narrativa mesma, e foi Louis O. Mink quem deu este passo.

BUNZL E MINK

Martin Bunzl aborda a relação entre a narrativa e as sentenças narrativas de Danto de um outro ângulo. Ele começa por apontar que muitos estudos históricos não são narrativos de todo: “Aqui tenho em mente estudos interculturais e intertemporais do tipo exemplificado pelo estudo bem conhecido de Natalie Zemon Davis do fenômeno das inversões festivas de papéis macho-fêmea que se estende por três centenas de anos e em ao menos seis culturas”³⁵.

Eu poderia fazer um número de comentários sobre esta afirmação. Primeiro, sendo que Danto discute narrativa apenas em relação a suas sentenças narrativas e nunca no contexto de como em uma narrativa histórica um historiador pode descrever algum desenvolvimento complexo por entre o tempo, a crítica de Bunzl não se aplica realmente ao argumento de Danto.

Bunzl pode agora ter apontado que isso precisamente era uma fraqueza do argumento de Danto. Ele pode ter arguido que Danto falhou em esclarecer como o uso de sentenças narrativas em um texto histórico poderia resultar no que ordinariamente assumimos ser uma narrativa histórica: um registro de um desenvolvimento complexo por entre o tempo. E aqui podemos concordar com ele. Por outro lado, não é verdade que estudos “intertemporais” deveriam ser não-narrativos, como Bunzl parece pensar. Como frequentemente tem sido enfatizado, há sempre uma história, ou narrativa, implícita em estudos históricos “intertemporais” ou “interseccionais” (tal como *Die Kultur der Renaissance in Italien* de Burckhardt ou *The Waning of the Middle Ages* de Huizinga), sendo que tentam mostrar como alguns períodos históricos diferem dos que foram antes e dos que vieram depois deles³⁶. Poderíamos mesmo discordar que isso dá aos estudos intertemporais ou interseccionais uma lógica que se adapte perfeitamente ao que Danto disse sobre sentenças narrativas, porque estudos intertemporais ou interseccionais descrevem um período (por exemplo, a Renascença ou a Idade Média) com tácita referência a algum outro período. Daí, se Danto desejou contornar a crítica (feita apenas agora) de que ele falhou em explicar como suas sentenças narrativas se relacionam à própria narrativa, seu ponto de partida mais promissor seria os estudos intertemporais ou interseccionais.

Na sequência, Bunzl considera sentenças como “quando Sócrates morreu, Xantipa se tornou uma viúva”³⁷. Então ele argumenta que de um ponto de vista lógico, tal sentença concorda com o que Danto reivindicava sobre suas sentenças narrativas, pois aqui a referência a um evento *E-1* (a morte de Sócrates) é acoplada a uma descrição de um outro evento *E-2* (Xantipa ser viúva). Contudo, não há nenhuma diferença aqui entre o evento referido e o descrito, sendo que Xantipa enviuvou por Sócrates ter morrido. Ambas as coisas tomaram lugar ao mesmo tempo.

Não me é claro o que fazer da crítica de Bunzl e como ela difere de qualquer coisa que Danto tenha dito. Danto pode conceder que ao lado de suas sentenças narrativas estão também os tipos de sentenças que Bunzl tinha em mente e então pode adicionar que isso de nenhuma maneira o compeliu a

³⁵ Martin Bunzl, *Real History: Reflections on Historical Practice* (London: Routledge, 1997), 32.

³⁶ Para esse argumento, ver, por exemplo: Louis O. Mink, “Narrative Form as a Cognitive Instrument”, em *Louis Mink: Historical Understanding*, ed. B. Fay, E. O. Golob, and R. T. Vann (Ithaca, N.Y.: Cornell University Press, 1987), 184.

³⁷ Bunzl, *Real History*, 35-40.

abandonar qualquer coisa que ele tivesse reivindicado para suas sentenças narrativas. As sentenças poderiam ser categorizadas como as variantes de Danto e as variantes de Bunzl, muito embora podemos então ter problemas como “A conclusão por Luís XIV e Carlos II do tratado secreto de Dover em 1670 destruiu a posição política da república holandesa” (lembrando que em 1672 tanto a França como a Inglaterra declararam guerra à república holandesa). Conforme isso, podemos dizer que tanto o evento referido como o descrito são simultâneos (a conclusão do tratado secreto foi também a destruição da posição política da república holandesa, assim como a morte de Sócrates fez Xantipa viúva) e que deve haver uma sequência de tempo aqui, sendo que os dois eventos (o tratado secreto causou a destruição da posição política da república holandesa) têm uma relação causal. A primeira leitura nos daria a variante de Bunzl, e a segunda, a variante de Danto. Talvez devêssemos tentar resolver isso, mas aqui não precisamos investigar este problema mais além, sendo que de novo, não tem suporte em qualquer reivindicação que Danto tenha feito neste livro.

De interesse mais geral é a crítica de Bunzl do hábito de Danto de projetar sobre o próprio passado o que é dito em termos de sentenças narrativas: “No principal, ele defende a reivindicação ontológica encorpada de que uma mudança no conjunto das descrições do passado gera o realinhamento retroativo do Passado”³⁸. Esta é a ideia de que o próprio passado muda com o que é dito sobre ele. Bunzl está certo quando mantém que essa ação seria indefensável, sendo que os eventos históricos sempre permanecerão o que eles são ou foram, independentemente do que os historiadores possam querer dizer sobre eles mais tarde. Além do mais, a reivindicação ontológica pode comprometer tudo no argumento de Danto sobre as sentenças narrativas, sobre a Crônica Ideal, e sobre as filosofias substantivas ou especulativas da história. Se nós nos prendemos à reivindicação ontológica, não podemos mais ser satisfeitos com a Crônica Ideal de Danto, e deveremos agora pensar ao invés disso em uma outra Crônica Ideal*, contendo não apenas as sentenças da Crônica Ideal de Danto mas também todas as sentenças narrativas possíveis que poderiam ser (ou serão) formuladas sobre o passado de qualquer perspectiva posterior. Porque estas sentenças narrativas descrevem propriedades do passado que a reivindicação ontológica nos requer para atribuir ao próprio passado, elas também devem ser incluídas na Crônica Ideal. Mas esta Crônica Ideal* pode ser escrita de um único ponto de vista privilegiado, nominalmente, daquele do Fim da História (o qual então automaticamente coincidirá com o Fim de Toda Escrita Histórica). Isso nos irá exigir que rejeitemos (1) a noção de Danto de uma Crônica Ideal à qual cada vez mais novas sentenças são adicionadas enquanto a história se move por entre o tempo; (2) a diferença lógica entre os tipos de afirmações mencionadas na Crônica Ideal (como definida por Danto) e as sentenças narrativas; (3) o argumento sobre a assimetria essencial entre o passado, por um lado, e o presente e o futuro, por outro; e (4) o argumento de Danto contra a história substantiva ou especulativa (na medida em que este argumento dependia desta assimetria entre passado e futuro). A aceitação da reivindicação ontológica assim colocaria um tapete sob quase tudo no argumento de Danto, e podemos esperar, portanto, que os lapsos ocasionais de Danto em ontologia não são, de fato, nada além daquele.

Deixe-nos agora observar de mais perto estas filosofias substantivas ou especulativas da história mencionadas antes. É conhecimento comum que a maioria, embora não todas, das filosofias especulativas da história pretendem ser capazes de prever o futuro. Pense na predição de Marx de que a História

³⁸ Ibid., 43.

terminará com, e culminará em, uma sociedade sem classe ou o julgamento de Toynbee de que todos retornarão ao Catolicismo Romano ou serão condenados. Mas de acordo com Danto, as filosofias substantivas ou especulativas da história não são mais do que meras predições do que acontecerá no futuro. Ele as caracteriza como *profecias* e descreve as diferenças como segue:

As filosofias substantivas da história, na medida em que eu corretamente as caracterizei, são claramente concernentes com o que eu chamarei de *profecia*. Uma profecia não é simplesmente uma afirmação sobre o futuro, como uma predição é uma afirmação sobre o futuro. Ela é um tipo de afirmação sobre o futuro, e, aquilo que eu diria, dependendo de uma análise posterior, que é uma afirmação histórica sobre o futuro. O profeta é alguém que fala sobre o futuro de uma maneira que é apropriada apenas ao passado, ou quem fala do presente à luz do futuro tratado como um *fait accompli*³⁹.

Como sabemos agora, quando Danto fala sobre nossas falas sobre o passado, ele pede que pensemos em suas sentenças narrativas. Por isso, ele acredita que é característico das filosofias substantivas ou especulativas da história (e das profecias) descrever o presente e o futuro em termos de sentenças narrativas. Recorde que nós encontramos no parágrafo precedente que amarrar uma reivindicação ontológica ao que é expressado pelas sentenças narrativas nos compele a assumir o ponto de vista privilegiado do Fim da História – e assim o ponto de vista privilegiado pelo qual a história substantiva ou especulativa é escrita tipicamente. Então segue que as filosofias substantivas e especulativas da história requerem uma interpretação ontológica do que é expresso pelas sentenças narrativas, assim tudo que é expressado nas e pelas sentenças narrativas deveria ter uma contraparte no, ou ser um reflexo do passado ele mesmo.

Tudo isso pode parecer à primeira vista não ser muito mais do que mera escolástica filosófica. Mas aqui está o dilema central de tudo na filosofia da história contemporânea. Demonstrarei isso usando o slogan de Louis O. Mink de que “histórias não são vividas mas contadas”, que ele defende com argumentos derivados de Danto. Mas antes de examinar a elaboração de Mink do argumento de Danto, elaborarei sobre minha própria afirmação de que decidir contra ou pelo slogan de Mink é a decisão mais fundamental que eu devo fazer como um filósofo da história. De fato, tudo o mais depende disso. Mais especificamente, rejeitar o slogan de Mink significa que toda interpretação ou representação histórica – ou o que é expressado por sentenças narrativas e narrativas históricas – pode ser verificada empiricamente contra fatos históricos reais. Aqueles filósofos da história que concordam com o slogan de Mink defendem que não há algoritmos, epistemológicos ou de outra forma, que reúnam o passado e a história narrativa tão proximamente. Posto

³⁹ Danto, *Analytical Philosophy of History*, 9; Danto, *Narration and Knowledge*, 9. Danto torna claro com esse argumento que as filosofias substantivas ou especulativas da história não deveriam ser reduzidas à reivindicação de predizer o futuro apenas, como elas também afetarão o modo como observamos o passado. Mais especificamente, uma filosofia da história substantiva ou especulativa nos requer ver o passado da perspectiva do futuro. Nenhuma tal perspectiva é proposta na escrita histórica “normal”. H. Fain perde de vista isso quando ele criticou o ataque de Danto sobre a filosofia da história substantiva ou especulativa com o argumento que Hegel evitou, para falar sobre o futuro exceto em um sentido muito geral (*Between Philosophy and History* [Princeton, N.J.: Princeton University Press, 1970], 225, 226). A observação de Fain sobre Hegel é indubitavelmente verdadeira, mas ele esqueceu que a filosofia substantiva da história de Hegel também afetou o modo com que ele falava sobre o *passado*, o qual era apenas o que Danto tinha em mente aqui.

diferentemente, a rejeição do slogan de Mink nos dá a concepção realista da relação entre o passado ele mesmo e a narrativa histórica, ao passo que assumir o slogan nos dá a visão nominalista ou instrumentalista da relação entre os dois. Na filosofia da história, tudo depende de se adotamos a visão realista ou nominalista de como a linguagem dos historiadores se relaciona ao passado⁴⁰.

Foi a discussão das filosofias substantivas ou especulativas da história que nos conduziu a este dilema. O argumento de Mink deixa claro por quê e, mais importante, a razão pela qual as filosofias substantivas e especulativas da história não são coisas do passado, mas estão ainda presentes na mentes de muitos, senão da maioria deles, historiadores e filósofos da história. Isso se torna claro se enfocamos sobre a que Mink se refere como “História Universal”:

A ideia de História Universal é pelo menos tão velha como *Cidade de Deus* de Agostinho e foi introduzida no pensamento moderno em *Scienza Nuova*. Mas nunca foi tão poderosa ou tão vastamente partilhada como no fim de sua vida ativa, as últimas duas décadas do século XIX⁴¹.

Mink então sumariza as principais características da História Universal:

Em primeiro lugar, era a reivindicação de que o conjunto dos eventos humanos pertencem a uma só história... Em segundo lugar, a ideia de História Universal especifica que há um só assunto central ou tema na trama em desenvolvimento da história... Em terceiro lugar, é implicado que os eventos do processo histórico são ininteligíveis quando vistos apenas em relação às suas circunstâncias imediatas... Finalmente, a História Universal não nega a grande diversidade de eventos humanos, costumes e instituições; mas observava esta variedade como permutações de um conjunto unitário e imutável de capacidades e possibilidades humanas⁴².

Claramente, as filosofias substantivo-especulativas da história de Danto e a História Universal de Mink são a mesma coisa.

Mink então faz uma reivindicação impressionante e surpreendente para a História Universal, nominalmente, que o que inspirou a ideia de uma História Universal está, de fato, tão vivo hoje quanto esteve no fim do século XIX. É verdade, Mink concede que nós todos agora acreditamos que as muitas histórias que nós podemos discernir no passado têm muitos assuntos e temas a que cada estória tem seus próprios começo, meio e fim. Assim pode parecer

que a Ideia de História Universal tem sido descartada no entulho do passado, junto com recusas tais como a legitimidade dos reis e a perfectibilidade do homem. Ainda, eu me aventuro em afirmar que o conceito de História Universal não tem sido abandonado de todo, apenas o conceito de historiografia universal⁴³.

Mink reconhece que agora aceitamos que muitas histórias são, e podem ser contadas, sobre o passado. Mas como ele mais tarde diz, a despeito disso, ainda concebemos o passado como sendo uma “história não contada” ele mesmo e que as histórias que contamos nós mesmos sobre o passado deveriam

⁴⁰ Quando pensamos sobre o dilema, deveríamos começar por considerar a afirmação de Nancy Struever, em *The Language of History in the Renaissance* (Princeton, N.J.: Princeton University Press, 1973), de que toda consciência histórica e todo progresso na história da escrita histórica sempre foi feita em nome da opção nominalista.

⁴¹ Mink, “Narrative Form”, 189.

⁴² Ibid., 189-191.

⁴³ Ibid., 194.

aproximá-las tão perto quanto possível. Mais perceptivelmente, Mink relaciona esta falácia do passado como uma história não contada à Crônica Ideal de Danto e o que aprendemos a associar com essa noção. Mais especificamente, ele a relaciona ao que foi referido antes como a Crônica Ideal* – daí, a Crônica Ideal também conter todas as sentenças narrativas que poderíamos formular sobre o passado. Acreditamos que a Crônica Ideal* é a contraparte linguística da estória não contada que o passado ele próprio é, assim “A ideia de que o passado ele próprio é uma história não contada tem recuado da arena da crença consciente e da controvérsia para se habituar ela mesma com uma pressuposição naquela área de nossa estrutura conceitual a priori que resiste à afirmação explícita e ao exame”⁴⁴.

Esta é a pressuposição partilhada pelos mais ativos historiadores e filósofos da história contemporâneos. Os historiadores acreditam que a História Universal nos provê com uma história não contada em relação à qual podemos empiricamente verificar tudo que historiadores podem desejar dizer sobre o passado. Todos os filósofos da história empiristas e intencionalistas⁴⁵ (a maioria na filosofia da história, agora não menos do que sempre) também acolhem uma concepção realista da narrativa histórica, na qual tudo que é dito sobre o passado deveria ter uma contraparte exata e demonstrável no próprio passado. Tais crenças são remanescentes do que Gadamer chamava de “filosofia da história do logos”, como expressado em filosofias da história especulativas tradicionais que assumem “a correspondência auto evidente do Logos e do Ser”⁴⁶. Mas o passado não é uma história não contada; e histórias não são vividas mas contadas, os quais são insights cruciais que devemos a Danto e Mink e sem os quais nenhum progresso futuro em filosofia da história seria possível. Apenas esses insights podem nos salvar da tirania e das tentações perenes da “filosofia da história do logos”.

Agora retorno ao tratamento de Mink das sentenças narrativas, nas quais ele toma a própria análise de Danto em uma direção que encontra sua conclusão lógica no argumento de Hans Michael Baumgartner, discutido na próxima seção. Mink começa aqui por refinar a categorização de Danto dos tipos de afirmações que podemos fazer sobre o passado:

1. *Descrições contemporâneas dos eventos, isto é, descrições atuais dos eventos como recordados pelos observadores.*
2. *Descrições contemporâneas possíveis, isto é, aquelas não atualmente formuladas ou reportadas porque ninguém esteve em posição de observar, ou com disposição de recordá-los.*
3. *Descrições possíveis apenas depois do evento porque elas se referem ao e assim dependem do conhecimento sobre os últimos eventos; estas são as sentenças narrativas de Danto.*
4. *Descrições possíveis apenas depois do evento porque elas dependem subsequentemente de técnicas desenvolvidas de conhecimento adquirido; por exemplo, “Ricardo III morreu de uma embolia coronária”.*

⁴⁴ Ibid.

⁴⁵ Podemos especificamente pensar aqui em D. Carr, *Time, Narrative and History* (Bloomington: Indiana University Press, 1986), e seu ataque à afirmação de Mink de que “histórias não são vividas, mas contadas”.

⁴⁶ Hans Georg Gadamer, *Wahrheit und Methode* (Tübingen: Mohr, 1960), 207.

5. *Descrições possíveis apenas depois do evento porque elas dependem de modos conceituais de interpretação e análise posteriores; por exemplo, “Os cidadãos não proprietários de Roma constituíam o primeiro proletariado urbano”⁴⁷.*

O quarto e o quinto tipos de descrições são novos, comparados com a própria lista de Danto.

Desses dois novos tipos, o quinto é de mais interesse aqui, e concluirei minha consideração de Mink com uma breve discussão sobre ele e como ele se relaciona à narrativa histórica. Em um número de ensaios influentes Mink elabora sobre os “modos conceituais de interpretação e análise”, ao quais ele se refere em sua definição do quinto tipo de descrições do passado. Os “modos conceituais”, que ele define ali como o “modo configuracional de compreensão” que nos permite detectar um certo padrão ou estrutura, são um conjunto complexo e incoerente de dados, tais como os que uma (hi)(e)stória tipicamente nos oferece. Por exemplo, pense em como esta noção dos “cidadãos romanos como um proletariado urbano” nos permitiria organizar em uma narrativa histórica coerente tudo o que nós sabemos sobre a Roma Imperial de um modo novo e iluminador. A noção é a “figura”⁴⁸ em torno, ou em termos da qual esta organização do conhecimento pode ser alcançada, assim também o termo *compreensão configuracional*.

Há mais um traço da compreensão configuracional que deveríamos levar em conta aqui. Esses padrões discernidos nos eventos do passado nos requerem que os vejamos juntos a fim de eliminar a sequência temporal que os mantinha à parte um do outro no passado. Como Mink coloca, “Compreender a sucessão temporal significa pensar nela em ambas as direções de uma só vez, e então o tempo não é mais nenhum rio que nos limita ao longo de si mas o rio em uma visão aérea, a montante ou a jusante visto com uma única observação”⁴⁹.

Duas implicações da consideração de Mink são de particular relevância aqui. Em primeiro lugar, essa compreensão configuracional destrói a ordem temporal na qual a vida foi realmente vivida no próprio passado e troca esta ordem por aquela do padrão ou “figura” que uma narrativa histórica pode nos convidar a encontrar no passado. Aqui podemos descobrir mais um argumento a favor da afirmação de Mink de que “histórias não são vividas mas contadas”: as histórias são para ser associadas com esses padrões ou essas “figuras” e não com o passado ele mesmo⁵⁰. Em segundo lugar, no parágrafo precedente estávamos nos movendo de sentenças (narrativas) de histórias ou de narrativas

⁴⁷ Louis O. Mink, “Philosophical Analysis and Historical Understanding”, in Louis Mink: *Historical Understanding*, ed. B. Fay, E. O. Golob, and R. T. Vann (Ithaca, N.Y.: Cornell University Press, 1987), 139, 140.

⁴⁸ Desnecessário dizer, essa noção de figura chama à mente tudo que Hayden White disse sobre “figura” e “prefiguração” em *Metahistory: The Historical Imagination in the Nineteenth Century* (Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1973), e certamente assim, seja apenas porque White e Mink foram colegas na Wesleyan University e foram verdadeiramente muito conscientes do pensamento histórico um do outro.

⁴⁹ Louis O. Mink, “History and Fiction as Modes of Comprehension”, in Louis Mink: *Historical Understanding*, ed. B. Fay, E. O. Golob, and R. T. Vann (Ithaca, N.Y.: Cornell University Press, 1987), 57.

⁵⁰ Isso não significa que os agentes históricos eles mesmos não podem começar a contar histórias a si mesmos sobre o que aconteceu a eles – histórias que mais tarde às vezes serão tomadas e refinadas pelos historiadores. Mas o fato de que agentes históricos possam eles mesmos já terem começado a historicizar suas vidas não é um argumento contra as afirmações de Mink. Pelo contrário, mostra quão fundo a afirmação vai, que ela é verdadeiramente parte da *condição humana*. No nível da vida em si mesma já estamos apartados por como a vida é vivida, por um lado, e as histórias que nós contamos sobre nossas vidas, por outro. Muito do drama da psicanálise tem sua origem aqui.

elas mesmas, para narrativas como tais. Dessa maneira, Mink nos apresentou uma correção do foco exclusivo de Danto sobre sentenças que é tão bem vinda como valiosa⁵¹.

Mas foi apenas o teórico alemão Hans Michael Baumgartner quem corretamente captou todas as implicações filosóficas dessa mudança da sentença para a narrativa.

JOCKS, SCHIFFER E BAUMGARTNER

A filosofia da história de Danto foi bem introduzida na Alemanha por não menos que um escolar como Jürgen Habermas. Em um ensaio de 1967 ele se refere ao livro de Danto⁵², em seu *Erkenntnis und Interesse* de 1968 e também em sua obra magna de um ano depois, *Theorie des Kommunikativen Handelns*⁵³. Muito embora as referências de Habermas a Danto são breves de forma desapontadora e em nenhum lugar se aproximem do argumento principal de Danto, elas devem ter capturado a imaginação de outros acadêmicos alemães, pois, sempre quando mencionam Danto, raramente deixam de mencionar as notas casuais de Habermas sobre ele. Como o neomarxista que era naquele tempo, Habermas estava procurando pela assim chamada falsa consciência de classe. Em *Erkenntnis und Interesse* ele defendia que as tensões entre autocompreensão (objeto da hermenêutica intencionalista) e a verdade social científica podem dar uma resposta ao problema. Esta solução tem uma certa similaridade estrutural com a oposição de Danto entre a Crônica Ideal (autocompreensão) e suas sentenças narrativas (verdade histórica). Mas não posso dizer se isso pode explicar o interesse de Habermas em Danto⁵⁴.

Werner Martin Jocks também considera *Filosofia Analítica da História* de uma perspectiva (neo)marxista. O ponto de partida de sua exposição é a seguinte passagem: “A completa descrição então pressupõe um organização narrativa, e a organização narrativa é alguma coisa que *nós* fazemos. Não apenas isso, mas a

⁵¹ Uma crítica similar de Danto foi formulada por Ricoeur: “Em minha opinião, se a questão da relação entre texto e sentença não é posta como tal, é devido à ênfase excessiva colocada sobre a disputa que Danto tem com o fantasma da completa descrição, e com o fato de que este fantasma é exorcizado por meio da análise de sentenças narrativas” (*Time and Narrative*, 149).

⁵² Jürgen Habermas, *Zur Logik der Sozialwissenschaften* (Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1970). O livro de Danto também é mencionado em Karl Acham, *Analytische Geschichtsphilosophie* (Freiburg: Alber, 1974), que introduziu uma geração de teóricos alemães na filosofia anglo-saxônica da história. Mas as breves notas de Acham sobre Danto são sem interesse e não são discutidas nesta seção.

⁵³ Jürgen Habermas, *Erkenntnis und Interesse* (Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1973), 320, 332; Jürgen Habermas, *Theorie des kommunikativen Handelns Band 2. Zur Kritik der funktionalistischen Vernunft* (Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1987), 207.

⁵⁴ Eu certamente o devo a Jürgen que o livro tenha sido conhecido em primeiro lugar na Alemanha. Tenho uma vívida memória do encontro com ele em Nova York. Ele estava ensinando na New School, e ele me enviou uma carta sobre o livro. Eu o convidei para um almoço, com nenhuma ideia clara de quem ele era ou quão importante ele era. Eu pedi a Charles Parsons, que não sabia essas coisas, para vir junto. Tivemos uma viva discussão. Como nós deixamos a Faculty House, ele disse que por aplicar pressão analítica às questões que ele discutiu, o livro superou a diferença entre a filosofia analítica e a hermenêutica. Eu acho que foi algo que ele respeitava e aspirava atingir ele mesmo. Depois disso, o livro foi traduzido para o alemão. Ele me convidou a ir à preleção em Starnberg, no Max Planck Institute, no tempo em que eu estava conseguindo realizar alguns de meus primeiros pensamentos na filosofia da arte. Sinto que existe entre nós um vínculo de amizade muito forte, embora não nos encontremos com frequência.

imposição de organização narrativa logicamente nos envolve com um fator subjetivo inexpugnável. Há um elemento de pura arbitrariedade nele”⁵⁵.

Essa inegavelmente é uma afirmação muito dramática, e não deveria nos surpreender que um (neo)marxista agora se perguntasse sobre até que ponto fatores socioeconômicos e/ou ideológicos guiam o historiador e, mais especificamente, como interpretar essa sua dimensão de “pura arbitrariedade” em como os historiadores se relacionam com o passado que eles estão investigando⁵⁶. Jocks oferece de maneira desapontadora uma resposta simples a isso. Ele cita uma passagem na qual Danto se refere à tese marxista do conflito dialético entre forças de produção e relações de produção, e então afirma que este conflito não se origina em uma “representação subjetiva” (*subjektive Vorstellung*) mas em uma “análise da coesão objetiva da realidade histórica” (*eine Analyse des objektiven Zusammenhangs historischer Realität*)⁵⁷. Esse apelo dogmático à concepção marxista da história para resolver este problema da “arbitrariedade” que Danto atribuiu à escrita histórica falhará em convencer os não marxistas, especialmente porque Jocks não refuta satisfatoriamente a crítica convincente de Danto das filosofias especulativas da história tais como o marxismo.

Contudo, Jocks não tem razão de se preocupar com a afirmação de Danto sobre “este elemento de pura arbitrariedade” da escrita histórica. Primeiro, queremos ouvir mais sobre quão longe essa “arbitrariedade” realmente vai e até que ponto ele compromete reivindicações feitas pela racionalidade da disciplina da história. Segundo, lamentamos que em nenhum lugar em seu livro Danto lidou com a questão de por que os historiadores podem ter boas razões para preferir uma narrativa histórica a outra a respeito de parte do passado. Mais uma vez, desejamos aqui que Danto não tivesse restringido sua análise a sentenças narrativas e que tivesse abordado a narrativa histórica enquanto um todo textual, pois então teria tido que abordar a adequação das considerações históricas do passado.

A teoria literária é introduzida no estudo de Werner Schiffer das teorias da narrativa e da representação histórica (*Darstellung*) de Danto, Habermas, Baumgartner e Droysen⁵⁸. Porque muito da teoria literária contemporânea é devotado a uma análise da narrativa (ficcional), é bem vinda esta cooperação entre a teoria literária e a histórica para descobrir os segredos da escrita histórica. Hayden White foi um pioneiro enormemente bem sucedido e influente nesta cooperação. Em seu *Metahistory* de 1973, White recorreu aos instrumentos de teoria literária (embora talvez não os mais óbvios)⁵⁹ ao analisar as narrativas históricas dos historiadores do século XIX e dos filósofos da história. Mas eu

⁵⁵ Danto, *Analytical Philosophy of History*, 142; Danto, *Narration and Knowledge*, 142 (itálico no original)

⁵⁶ Não que a afirmação de Danto não tenha também preocupado muito teóricos não-marxistas.

⁵⁷ Werner M. Jocks, *Analytische Geschichtsphilosophie: Philosophische Begründung der Geschichte oder Rechtfertigung historischer Aussagen?* (Cologne: Pahl-Rugenstein, 1980), 235.

⁵⁸ Werner Schiffer, *Theorien der Geschichtsschreibung und ihre erzähltheoretische Relevanz: Danto, Habermas, Baumgartner, Droysen* (Stuttgart: Metzler, 1980). A organização desse livro é surpreendente: Schiffer começa com Danto, Habermas, e Baumgartner e então termina com uma discussão sobre Droysen, compreendendo a maior parte do livro. Esta organização, contudo, poderia ser vista como elogiando a tese de Danto de que o significado do passado (Droysen) poderia ser descoberto apenas da perspectiva do presente (Danto, Habermas e Baumgartner).

⁵⁹ White raramente menciona e discute os bem conhecidos teóricos contemporâneos da narrativa (intelectuais tais como Bal, Barthes, Benveniste, Chatman, Culler, Eco, Genette, Greimas, Riffaterre e Todorov). Ver, por exemplo, o verbete “narratologia estruturalista”, em *Routledge Encyclopedia of Narrative Theory*, ed. D. Herman, M. J. Jahn, e M. L. Ryan (London: Routledge, 2005), 571-576.

lamento que Danto e White nunca tenham discutido a obra um do outro, o que é surpreendente, sendo que ambos estudaram história depois da Segunda Guerra Mundial na Wayne State University e ambos foram profundamente influenciados por William Bossenbrook, o carismático professor de história de lá. White mesmo dedicou um Festschrift a Bossenbrook, para o qual Danto contribuiu com um ensaio sobre a prova ontológica da existência de Deus⁶⁰. O falhado encontro de White e Danto é lamentável, também, porque ambos complementam um ao outro muito bem: White é melhor sobre narrativa histórica, mas menos assim sobre a relação entre textos históricos e realidade histórica, enquanto que com Danto é o contrário. O que ambos estes primeiros estudantes de Bossenbrook teriam escrito sobre a escrita histórica teria sido uma filosofia da história forte e abrangente.

Em todo caso, Schiffer começa por observar que o foco de Danto sobre sentenças narrativas o impede de justificar sua reivindicação maior de que a narrativa, como narrativa, pode ser explicativa. Ele relaciona isso à rejeição de Danto da distinção entre estória e enredo: se Danto acolheu a noção de enredo enquanto uma estrutura semântica e enquanto uma sequência de meras sentenças atrás ou abaixo da estória, ele não teria sido capaz de evitar discutir a narrativa como um todo textual⁶¹. Schiffer então se refere à ideia narratologista de “ponto de vista” por muitas das mesmas razões⁶².

Mas no restante de seu capítulo sobre Danto, Schiffer aquiesce com o desprezo de Danto para com essas ferramentas analíticas narratologistas e retorna às sentenças narrativas. Muito embora ele concorde com o anti-intelectualismo da teoria de Danto das sentenças narrativas, ele tem alguns problemas menores com as afirmações de Danto. Danto afirmou que as sentenças narrativas unem dois eventos, *E-1* e *E-2*, e ao passo que o primeiro é descrito, o segundo é apenas (implicitamente) referido. Mas considere a seguinte sentença narrativa: “A constituição de 1871 tornou o imperador alemão o homem mais poderoso do mundo”. A (última) situação na qual o imperador alemão é o homem mais poderoso do mundo é então *descrita*, ao passo que a constituição de 1871 é meramente *referida*. Daí, em sentenças narrativas, a descrição pode de fato preceder à referência, mas pode também ser o inverso. Por seguinte, Danto sempre enfatizou a retrospectividade de sentenças narrativas (elas olham de uma maneira nova para o que aconteceu no passado). Mas Schiffer aponta que sentenças narrativas podem ser tanto retrospectivas como “finalistas” (o termo é de Schiffer). Pense, por exemplo, na seguinte sentença narrativa: “A organização social democrática poderia ser realizada sem o estorvo do estado.” As notas de Schiffer aqui apenas são elaborações úteis da teoria de Danto, não uma crítica dela.

Hans Michael Baumgartner é o comentador mais interessante de *Filosofia Analítica da História* de Danto. Baumgartner (nascido em 1933) é um filósofo alemão altamente bem considerado, autor de muitas obras, e uma autoridade na história do idealismo alemão. Ele escreveu amplamente sobre ética, estética e filosofia da religião. Infelizmente, ele não é bem conhecido no mundo anglófono, e nenhuma de suas obras foram traduzidas para o inglês.

⁶⁰ Hayden V. White, ed., *The Uses of History: Essays in Intellectual and Social History: Presented to William J. Bossenbrook* (Detroit: Wayne State University Press, 1968). No prefácio White escrevia que o principal propósito do Festschrift era “comemorar a carreira de um professor inspirador. As aulas de Bossenbrook eram caracterizadas por uma intensidade de envolvimento em assuntos intelectuais, infalível cortesia e bom humor, ironia, e um poder excepcional em dotar ideias com a palpabilidade de objetos percebíveis” (9).

⁶¹ Schiffer, *Theorien*, 29ff.

⁶² *Ibid.*, 32.

Como a maioria dos comentadores de Danto, Baumgartner começa com as sentenças narrativas⁶³. Ele observa que a relação temporal entre os dois eventos históricos *E-1* e *E-2* que são ligados juntos na narrativa toma uma das três formas: (1) *E-2* pode tomar lugar depois de *E-1* mas antes do historiador escrever seu texto; (2) *E-2* pode tomar lugar depois de *E-1* mas ao mesmo tempo que o historiador está escrevendo; ou (3) *E-2* pode tomar lugar depois tanto de *E-1* [sic.] como do historiador. Em seguida, Baumgartner aponta que a terceira forma é a base para maior parte do argumento de Danto; por exemplo, tanto para sua tese de que não podemos nunca dar uma descrição completa do evento passado, sendo que não conhecemos o futuro (ou, antes, não podemos nunca predizer eventos futuros em sua unicidade), como para sua reivindicação da assimetria do passado e futuro. Essa é a “retrospectividade essencial de todo escrito histórico” (*die prinzipielle Retrospektivität der Historie*)⁶⁴ e o motivo por que todo conhecimento histórico é organizado consequentemente.

Baumgartner aqui ainda permanece dentro do próprio argumento de Danto mas o deixa quando radicaliza o argumento de Danto em uma análise *transcendentalista* da linguagem histórica. A razão para essa radicalização é reivindicação de Baumgartner de que Danto contaminou sua “metafísica descritiva da existência histórica” com o que restara de uma ontologia histórica ingênua. Isto é, Danto ainda fala sobre noções como “a Idade Média”, “a Revolução Francesa”, ou “a Renascença”⁶⁵ como se elas tivessem tido o mesmo status ontológico que nomes próprios como “César” ou “Napoleão”. Como uma apreciação satisfatória da linguagem histórica, contudo, (os assuntos de) as biografias (de César ou Napoleão) são completamente enganosas⁶⁶. A explicação é que a unidade ou continuidade de pessoas ou indivíduos como César ou Napoleão são garantidas por essas noções (ou “conceitos típicos”, como os filósofos podem chamá-los) de “pessoa” ou “indivíduo”, na medida em que essas noções denotam uma categoria de objetos com a mesma unidade e continuidade por entre o tempo, diferente de noções como a Idade Média, a Revolução Francesa ou a Renascença. Esses tipos de noções (tipicamente históricas) não *pressupõem* unidade e continuidade (como as noções de “pessoa” e “indivíduo”) mas apenas *criam*⁶⁷. Para colocar mais abruptamente: no começo há apenas caos e desordem, então os historiadores vêm paralelamente usando noções como a de Idade Média – e apenas então, e apenas por causa do uso que eles fazem dessas noções, pode o caos ser trocado por unidade e continuidade. Seres humanos individuais, animais, mesas e cadeiras não precisam de nenhuma linguagem para ter unidade e continuidade porque já possuem essas propriedades antes que uma palavra tenha sido proferida ou seja proferida. A linguagem histórica – da qual Danto nos deu muitos insights profundos – é portanto a condição de possibilidade de se ter conhecimento de “coisas” tipicamente históricas como a Idade Média, a Revolução Francesa e a Renascença. Esta é a razão para a tese de Baumgartner de que o argumento de Danto em *Filosofia Analítica da História* ainda aguarda transcendentalização.

⁶³ Baumgartner, *Kontinuität und Geschichte*, 278ff.

⁶⁴ Ibid., 281.

⁶⁵ Eu também estou lembrado aqui do que eu disse sobre o uso de Danto do termo “Renascença” no fim da seção 2.

⁶⁶ „Im Licht dieser Überlegungen erweist sich die Präokkupation durch das geschichtstheoretische Paradigma der Biographie als irreführend“ (Baumgartner, *Kontinuität und Geschichte*, 299).

⁶⁷ Essa é a tese que eu também defendo em Frank R. Ankersmit, *Narrative Logic: A Semantic Analysis of the Historian's Language* (Boston: Nijhoff, 1983).

Posto diferentemente, deveríamos dizer que Danto deixou muito cedo o caminho que Strawson seguiu. Depois de seu *Individuals*, no qual ele propôs a noção de “metafísica descritiva”, Strawson passou a escrever *The Bounds of Sense*⁶⁸, no qual ele explora as implicações kantianas e transcendentalistas do que ele havia começado a fazer no seu livro prévio. E isso é exatamente o que Baumgartner queria fazer para a história e para como concebemos o passado.

Essa proposta não é meramente uma questão de esclarecer as coisas de um ponto de vista filosófico. O argumento de Baumgartner também tem implicações para a prática da escrita histórica e para o que deveria guiar a discussão histórica. Os historiadores quase naturalmente optam pelo que poderíamos chamar de “a teoria da cópia da representação histórica”. Eles creem que também deveriam “copiar” o passado tanto quanto eles possam na linguagem que eles usam para escrever sobre ele. Tudo o que eles dizem sobre o passado deveria ter uma contraparte exata no passado ele mesmo, e a linguagem não deveria adicionar nada a isso, porque seria uma distorção do passado *wie es eigentlich gewesen*. Danto indicou como suas sentenças narrativas necessariamente conflitariam com a teoria da “cópia”. Isto é, essas sentenças narrativas iriam sempre além da “cópia” linguística ou duplicação do passado que a Crônica Ideal pode nos dar. Mas esta busca pela completa correspondência entre o passado e a linguagem histórica levará os historiadores a se extraviar, pois os cegará para o fato de que a unidade e a continuidade da linguagem histórica são as condições transcendentais da possibilidade do conhecimento histórico. Dessa maneira, o pseudopositivismo da teoria da cópia da representação histórica pode levar os historiadores a escrever má história. Ao mesmo tempo, os partidários da teoria da cópia (como os *annalistes* franceses dos anos 1970) não podem entender por que o que eles escrevem realmente é má história.

Como Baumgartner demonstra, contudo, Danto ele mesmo estava impedido de desenvolver as implicações transcendentalistas de sua própria consideração porque acreditava que não podia haver mudança histórica sem “sujeitos da mudança”⁶⁹. Desnecessário dizer, assim é como intuitivamente tendemos a olhar a questão: primeiro deve haver Napoleão (como o sujeito da mudança existindo no passado ele mesmo), e depois podemos oferecer uma consideração histórica de seu caminho complexo por entre o espaço e o tempo. O último é impossível sem o primeiro. Mas como Baumgartner insiste, no caso dos fenômenos históricos como a Idade Média, não há nenhum sujeito da mudança que nos seja dado antes das narrativas históricas nas quais podemos escrever sobre tais fenômenos⁷⁰. Esses fenômenos levam sua vida exclusivamente, por assim dizer, em narrativas históricas. Posto diferentemente, quando tacitamente postula esses sujeitos da mudança no passado ele mesmo para as noções como a de Idade Média, Danto não se libertava ainda completamente das seduções da História Universal de Mink, na medida em que nos requer acreditar que os itens discutidos na narrativa deveriam sempre e em todas as vezes ter uma contraparte na “história não contada” que o passado ele mesmo é.

Como Baumgartner enfatiza, o caráter exclusivamente linguístico de fenômenos históricos como a Idade Média não deveria certamente ser

⁶⁸ P. F. Strawson, *The Bounds of Sense: An Essay on Kant's Critique of Pure Reason* (London: Methuen, 1966).

⁶⁹ „Eine Erzählung vermag nur dann zu erklären wenn ihr ein einheitliches und kontinuierliches Subjekt zugrunde liegt“ (Baumgartner, *Kontinuität und Geschichte*, 289).

⁷⁰ Para um argumento similar, embora tecnicamente mais refinado e mais detalhado, ver Ankersmit, *Narrative Logic*, cap. 5.

interpretado como um argumento extra em favor do subjetivismo de Danto⁷¹. Antes, unidade e continuidade deveriam ser vistas como o transcendentalista verifica o uso de tais noções na escrita da história. Na unidade e na continuidade da narrativa histórica, podemos encontrar os padrões transcendentalistas para mensurar o sucesso do historiador em explicar o passado. Unidade e continuidade são o produto da síntese narrativa (*autonome historische Synthese*)⁷² e não espelham os traços de um objeto que existe no passado ele mesmo⁷³. Esse, então, é o sentido que devemos atribuir à reivindicação de Danto de que a narrativa pode explicar *enquanto narrativa* e que podemos discernir na explicação narrativa o que diferencia a escrita histórica das ciências⁷⁴.

CONCLUSÃO

Os dois primeiros estudantes de William Bossenbrook – Hayden White e Arthur Danto – foram os dois mais importantes filósofos americanos da história na segunda metade do século precedente. A fama de White como historiador da filosofia é indiscutível: sua obra tem sido intensamente discutida, comentada e mesmo imitada por seus muitos seguidores. Mas não podemos dizer o mesmo sobre Danto. A resenha de Donagan em *History and Theory* de *Filosofia Analítica da História* colocou o padrão para a maioria das últimas reações ao livro: é breve e cheia de elogio mas não tem muito entendimento do verdadeiro sentido e da verdadeira significância de seu conteúdo.

A resposta alemã ao livro foi mais completa do que a anglo-saxã, o que não é difícil de explicar. A maioria dos filósofos da história anglo-saxões foram introduzidos no campo pelo *The Idea of History* de Collingwood. Claro que este livro foi de um alcance notável no seu tempo. Mas ninguém – retornando de filósofos alemães tais como Hegel, Humboldt, Droysen, Dilthey e Gadamer para Collingwood – pode deixar de ficar desapontado pelas obscuridade de *The Idea of History* e sua ausência de sensibilidade ao interesse real no e sobre o passado. Talvez Collingwood nunca desenvolveu uma consciência histórica porque ele foi antes arqueólogo do que historiador.

Não deveríamos nos surpreender, portanto, que não foi um filósofo anglo-saxão mas um alemão – Hans Michael Baumgartner – quem estava certo sobre o coração do livro de Danto. Deveríamos mesmo lamentar mais que Baumgartner não teve sucesso em instigar a discussão que o livro de Danto merece, seja no mundo intelectual alemão ou no anglo-saxão.

Danto nunca estudou Collingwood a fundo⁷⁵, o que pode explicar por que ele, diferente da maioria de outros filósofos da história anglo-saxões, não ficou fechado nos estreitos limites do intencionalismo. Como afirmamos acima, foi

⁷¹ Baumgartner, *Kontinuität und Geschichte*, 294.

⁷² Ibid., 299.

⁷³ Não podemos propriamente dizer que Napoleão ele mesmo é “contínuo”, muito embora possamos bem dizer isso de uma consideração histórica de sua vida. Ver Baumgartner, *Kontinuität und Geschichte*, 301.

⁷⁴ Uma resposta próxima à de Baumgartner foi apresentada pelo influente filósofo da história russo Andrej Oleynikov em “The Experience of Time and the Subject of Narration: The Problem of Their Correlation in Phenomenology e no 'New' Philosophy of History”, *Dialogue with Time: Intellectual History Review* 6 (2001): 248-274. Esse ensaio é baseado em “History: Event and Story, a Critical Analysis of Narrativist Philosophy of History” (Ph.D. diss., Moscow University, 1999), do autor. Oleynikov enfatizou tanto nesse ensaio como em sua dissertação que a abordagem fenomenológica da escrita histórica (Ricoeur and Carr) nunca poderia fazer justiça às reivindicações de Danto sobre as assimetrias de passado e futuro.

⁷⁵ Como se pode inferir do “silêncio retumbante” de Danto sobre Collingwood.

paradoxalmente o legado do MLC que garantiu a abertura de Danto para o que separa o passado e o presente. De novo, com a bem merecida destituição do MLC nos anos 1960, os colegas anglo-saxões de Danto perderam essa abertura. Ainda hoje, encontramos na filosofia da história anglo-saxã três direções: (1) o intencionalismo collingwoodiano; (2) a interpretação científica do escrito histórico que tem se tornado popular nos últimos poucos anos, e (3) o textualismo introduzido por Hayden White. Cada uma dessas três direções pode indicar sucessos e deficiências. Mas nenhuma delas deixa muito espaço para as assimetrias de passado e presente que são tão brilhantemente exploradas em *Filosofia Analítica da História* e que culminou no último capítulo de *The Transfiguration of the Commonplace*.

Eis por que *Filosofia Analítica da História* de Danto ainda aguarda uma discussão que faça justiça ao alcance e à riqueza de seus insights e por que, neste momento, o livro não é menos novo e estimulante do que quando foi primeiramente publicado há alguns quarenta anos atrás. Eis por que esta republicação do livro de Danto é mais acaloradamente bem-vinda.

FRANK ANKERSMIT

Danto Philosophy of History in Retrospective

Tradução recebida em 19/07/24 • Aceito em 03/10/24

Revista de Teoria da História | issn 2175-5892



Este é um artigo de acesso livre distribuído nos termos da licença *Creative Commons Attribution*, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o trabalho original seja citado de modo apropriado